



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
BACHARELADO EM TURISMO

LORRAINE CARDOSO DIAS

**AFROTURISMO NA ROÇA DE CANDOMBLÉ ILÈ ASÉ LOGUM CETOMI NO
DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE A PARTIR DO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL**

BRASÍLIA - DF

2024

LORRAINE CARDOSO DIAS

**AFROTURISMO NA ROÇA DE CANDOMBLÉ ILÈ ASÉ LOGUM CETOMI NO
DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE A PARTIR DO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência
em Turismo da Universidade de Brasília como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Co-orientador: Mtre. Pedro Thomé Queiroz

BRASÍLIA - DF

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ca Cardoso Dias , Lorraine
AFROTURISMO NA ROÇA DE CANDOMBLÉ ILÊ ASÉ LOGUM CETOMI NO
DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE A PARTIR DO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL
/ Lorraine Cardoso Dias ; orientador Everaldo Batista da
Costa; co-orientador Pedro Thomé Queiroz. -- Brasília,
2024.
51 p.

Monografia (Graduação - Bacharelado em Turismo) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Turismo. 2. Afroturismo. 3. Patrimônio-territorial. 4.
Ilê Asé Logum Cetomi. 5. Roteiros patrimoniais utópicos. I.
Batista da Costa, Everaldo , orient. II. Thomé Queiroz,
Pedro , co-orient. III. Título.

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET da Universidade de Brasília – UnB como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

LORRAINE CARDOSO DIAS

Avaliado por:

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa
Orientador - CET/UnB

Mtre. Pedro Thomé Queiroz
Co-orientador - ICH/UnB

Profa. Dra. Marutschka Martini Moesch
Examinadora - CET/UnB

Prof. Dr. Vinícius Sodré Maluly
Examinador - EHESS

Nkosi Mukumbi
Tala Meso Nzinge
Goiae ae.

Roxi bambi e e...ae roxi!
Roxi bambi erumalembe... ae roxi!

Nkosi Biole Nbiola
Nkosi Biole Nbiola
Me kaja mugongo
Nkosi Biole Nbiola.

RESUMO

O presente estudo analisou o Afroturismo, unido à construção de roteiros patrimoniais utópicos, em roças de Candomblé no Distrito Federal a partir da ativação do patrimônio-territorial. Investigou-se os atuais entendimentos de Turismo, Afroturismo e Patrimônio-territorial Latino-americano. A partir do estudo de patrimônio-territorial e Afroturismo, buscou-se compreender as possibilidades de relação desses conceitos com os terreiros de Candomblé. O objetivo foi analisar, junto à comunidade da roça de Candomblé Ilè Asé Logum Cetomi no Distrito Federal e seus elementos patrimônio-territoriais ativados, possibilidades para viabilizar roteiros patrimoniais utópicos no DF. Foi realizada uma entrevista com Ìyá Elvira T'Oxum, a atual zeladora do terreiro, para saber sobre a história do local e o desejo de participar da construção de um roteiro patrimonial utópico no Distrito Federal. Também, foi realizada a observação participante, com algumas visitas ao terreiro, a fim de identificar, junto à comunidade, os elementos que as tornam patrimônio-territoriais. Identificou-se o desejo de construir um roteiro patrimonial utópico, com a participação de outros Ilès e com a comunidade universitária, com interesse em resgatar a história e a memória do Candomblé no DF.

Palavras-chave: Turismo; Afroturismo; Patrimônio-territorial; Ilè Asé Logum Cetomi; Roteiros patrimoniais utópicos.

ABSTRACT

The present study analyzes Afrotourism, linked to the construction of utopian heritage sites, in the areas of Candomblé in the Federal District from the activation of territorial-heritage. Investigate your understanding of Tourism, Afrotourism and Latin American Territorial Heritage. Based on the concepts of territorial-heritage and Afrotourism, we sought to understand the possibilities of relating these concepts to the Candomblé “terreiros”. The objective was to analyze, together with the community of Candomblé Ilè Asé Logum Cetomi in the Federal District and its activated heritage-territorial elements, possibilities to make viable utopian heritage sites in the DF. An interview was carried out with Ìyá Elvira T’Oxum, the current caretaker of the “terreiro”, to learn about the history of the place and the desire to participate in the construction of a utopian heritage itinerary in the Federal District. Participant observation was also carried out, with some visits to the “terreiro”, in order to identify, together with the community, the elements that make them territorial heritage. The desire to build a utopian heritage route was identified, with the participation of other Ilès and the university community, with an interest in rescuing the history and memory of Candomblé in DF.

Keywords: Tourism; Afrotourism; Territorial heritage; Ilè Asé Logum Cetomi; Utopian heritage itineraries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Reportagem de jornal sobre Afroturismo.....	21
Figura 2: Propaganda em rede social sobre “Tour”	22
Figura 3: Propaganda em rede social sobre roteiro turístico.....	22
Figura 4: Ritual de Candomblé no Terreiro de Joãozinho da Gomea.....	29
Figura 5: Ritual de Candomblé no Ilê Axé Opô Afonjá.....	29
Figura 6: Ritual de Candomblé no Ilê Axé Opô Aganju.....	30
Figura 7: Sofia Mavambo.....	30
Figura 8: Logum Edé.....	37
Figura 9: Fachada do Ilê (Brasília - DF).....	38
Figura 10: Painel Afoxé Ewe e Folder do Colóquio sobre Direitos Humanos e Diversidade Religiosa.....	39
Figura 11: Folder Cinedebate e Folder evento Nós pelos Terreiros.....	39
Figura 12: Oficina de costura e percussão.....	40
Figura 13: Oficina de Agbê.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Material produzido em sala de aula pela professora Marutschka Moesch..... 14

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: ENTENDIMENTOS SOBRE TURISMO, AFROTURISMO E PATRIMÔNIO-TERRITORIAL LATINO-AMERICANO	
1.1. Aproximação às Teorias atuais do Turismo.....	13
1.2. Práticas do Afroturismo no Brasil e no Distrito Federal.....	18
1.3. “Utopismos patrimoniais pela América Latina” e a “ativação do patrimônio-territorial”.....	23
CAPÍTULO 2: AS ROÇAS DE CANDOMBLÉ DO DISTRITO FEDERAL COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E DESTINO DO AFROTURISMO	
2.1. Metodologias do trabalho de campo.....	26
2.2. Breve histórico do Candomblé no Brasil e no Distrito Federal.....	27
2.3. O “sujeito-patrimônio” e a construção de “roteiros patrimoniais utópicos”.....	32
CAPÍTULO 3: AFROTURISMO NA ROÇA DE CANDOMBLÉ A PARTIR DA PERSPECTIVA DO SUJEITO-PATRIMÔNIO	
3.1. Anotação de campo	34
3.2. A comunidade da roça de Candomblé <i>Ilè Asé Logum Cetomi</i> do Distrito Federal e seu patrimônio-territorial.....	36
3.3. Discussão dos relatos.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
BIBLIOGRAFIA.....	46

INTRODUÇÃO

O Afroturismo é uma segmentação da prática turística, o qual vem sendo falado, estudado e praticado no Brasil e em outros países onde a diáspora africana se fez presente. No território brasileiro, essa diáspora formou parte da cultura nacional, visto que há influências, por exemplo, indígena e portuguesa como principais também. Nesse contexto, o Afroturismo é um segmento focado na comunidade negra, priorizando tanto os fornecedores de bens e serviços como os visitantes negros. Igualmente, é a favor da redução das desigualdades e contra o apagamento e a marginalização da cultura e da história afro-diaspórica. Contudo, mesmo com esse ideal de prática, pertence ao fenômeno “turismo” e tem a lógica capitalista exploratória deste, pois foca muito no desenvolvimento econômico e empreendedorismo.

Dessa maneira, dá-se o problema questionado nesta pesquisa: como construir “roteiros patrimoniais utópicos” (Costa, 2016, 2017) para o afroturismo, segmento do turismo capitalista, em roças de Candomblé no Distrito Federal, a partir da ativação do patrimônio-territorial (Costa, 2017)?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar, junto à comunidade da roça de Candomblé Ilè Asé Logum Cetomi no Distrito Federal e seus elementos patrimônio-territoriais ativados, possibilidades para viabilizar roteiros patrimoniais utópicos no DF. O propósito disso é a criação de uma rede de fortalecimento entre as comunidades a partir do trabalho com o Ilé, para que estas sejam protagonistas do afroturismo e autônomas sobre os seus territórios, dado que os terreiros de Candomblé são cobiçados pelos empreendedores do turismo afro e está “na moda” pelas redes sociais.

Para chegar no objetivo geral da pesquisa, houve um caminho específico de discussões, as quais foram as principais teorias do turismo e do afroturismo, a compreensão do conceito patrimônio-territorial latino-americano e a sua relação com o candomblé no Brasil e, especificamente, no DF e a identificação de quais elementos patrimônio-territoriais são singulares na roça Ilè Asé Logum Cetomi e o conhecimento do desejo da comunidade sobre visitas turísticas, a fim de viabilizar “roteiros patrimoniais utópicos” (Costa, 2016, 2017).

Para a compreensão do conceito de turismo, foram usados trabalhos dos pesquisadores Mário Beni, Marutschka Moesch, Suzana Gastal, Reinaldo Dias, John Urry e Jost Krippendorf. Como o Afroturismo é uma prática recém observada, a elaboração dos seus conceitos encontra-se de forma fragmentada, uma vez que, para a escrita do trabalho,

utilizaram-se falas de agentes públicos, notícias de sites governamentais, cartilhas, artigos científicos sobre turismo cultural e revistas *online*.

O conceito “patrimônio-territorial” e a ideia de “roteiros patrimoniais utópicos” foram desenvolvidos pelo pesquisador Everaldo Costa. Logo, seus artigos foram base para a construção dessa monografia. Foram usadas, também, as teses de doutorado dos pesquisadores Vitor João Alves e Ilka Lima Hostensky. Na reconstrução da história do Candomblé no Brasil e no Distrito Federal, foi usado o livro do pesquisador Luis Nicolau Parés, além de artigos científicos, como o da revista eletrônica Geobaobas. Além do mais, outros conceitos são estudados a partir da interpretação de diferentes autores, como Ailton Krenak, Maria Beatriz Nascimento, Wanderson Flor, Achille Mbembe e Guilherme Lemos.

Nos procedimentos usados para a produção do trabalho, o tipo de pesquisa é qualitativo, pois “entende que a realidade tem “vários níveis”, e que pode ser analisada segundo a condição de informação do pesquisador, tentando compreender e interpretar os fatos, reconquistando a subjetividade em relação aos fenômenos sociais” (Neto, 2022, p. 114). O nível de profundidade é exploratório interpretativo, uma vez que “visa a proporcionar maior familiaridade com um problema, na premissa de torná-lo explícito ou construir novas hipóteses” (Neto, 2022, p. 83). Ademais, foi realizada observação participante e uma entrevista.

O Ilê Axé Logum Cetomi foi o terreiro de referência para a pesquisa, haja vista que a sua história é confluyente com a história do Distrito Federal (DF), especificamente, Brasília, a Ìyá Elvira T’Oxum está disponível para desenvolver novos projetos e há a vontade de ambas as partes em trabalhar com a preservação da memória dos terreiros de Candomblé do DF. No caso da pesquisa, sugere-se que esse trabalho seja feito a partir dos “roteiros patrimoniais utópicos” (Costa, 2016, 2017) e do afroturismo, com iniciativa e autonomia dos “sujeitos-patrimônio” nas comunidades de terreiro.

CAPÍTULO 1: ENTENDIMENTOS SOBRE TURISMO, AFROTURISMO E PATRIMÔNIO-TERRITORIAL LATINO-AMERICANO.

1.1. Aproximação às Teorias atuais do Turismo

Na antiguidade, os fluxos de viagens já ocorriam, o entendimento e a nomenclatura do atual turismo não existiam, era somente a prática de visitação com as viagens. No desenvolvimento das sociedades, por volta de 1600 a.C a 1200 a.C., as pirâmides do Egito já atraíam uma quantidade considerável de pessoas. Outro exemplo de prática desse fenômeno é na Grécia antiga, onde surgiam os jogos olímpicos em Olímpia por volta de 800 a.C., os quais recebiam milhares de pessoas para acompanhar o evento (Dias, 2008). Portanto, acredita-se que as relações sociais entre diferentes povos já ocorriam desde a antiguidade com intercâmbio de cultura e conhecimento.

Para Dias (2008), no período da Idade Média, os relatos são de deslocamentos aproximados ao entendimento de turismo de negócio, uma vez que as motivações comerciais influenciaram as navegações e as trocas econômicas e culturais entre os indivíduos. Além disso, também ocorriam outras viagens e estas eram realizadas principalmente pelas elites, pois elas tinham, de acordo com o pensamento da época, o privilégio de desfrutar do lazer, do prazer e da cultura de outros lugares. Já nos séculos XII ao XV, houve um aumento do deslocamento dos religiosos, entendido como peregrinação. Isso influenciou no crescimento das redes hoteleiras e também na criação de excursões organizadas de Veneza à Jerusalém e da Inglaterra à Santiago de Compostela (Urry, 2001).

Segundo Urry (2001), nos séculos XVII e XVIII, os filhos dos aristocratas, da pequena fidalguia e da classe média profissional praticavam o chamado *Grand Tour* - viagem praticada para conhecer galerias e museus, aprender novos idiomas, observar costumes estrangeiros e visitar monumentos e paisagens. Nesse período, a prática do turismo construiu um *status* para quem o praticava, pensamento que até hoje consegue ser passado dentro de alguns grupos sociais. No entanto, no fim do século XVIII, a burguesia ascendente pôs fim ao *Grand Tour*, ampliou e intensificou o número de viajantes (Dias, 2008). Nesse mesmo período, com a Revolução Industrial, houve um marco para a prática do turismo, pois a urbanização das cidades, a inovação tecnológica - exemplo de trens e barcos a vapor- e a melhoria da comunicação facilitaram o acesso entre as localidades e as pessoas.

Após essa breve contextualização (Quadro 1), chega-se às teorias atuais do turismo, as quais sofrem influência da Revolução Industrial e do período Pós Guerras, uma vez que

consolidaram o capitalismo¹ e isso modificou a forma de observação, entendimento e prática do turismo por um longo período de tempo, por exemplo, o sistema capitalista exercido pelos Estados incrementou o consumismo de pessoas e lugares, criou o marketing turístico para venda de destinos, segmentou o turismo em inúmeros setores e originou a ideia de turismo como fator de desenvolvimento econômico das cidades e países. O fenômeno foi associado à economia e à tecnologia, distanciando, assim, sua práxis das relações sociais e dos benefícios para os indivíduos (Beni e Moesch, 2017). Logo, há uma tentativa de romper com a ideia de turismo enquanto indústria e impulsionador econômico.

Período Histórico	Breve Contextualização
Antiguidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Primeiras viagens por motivos de saúde, guerras e religião. ● Privilégio de classe. ● Raiz tour aparece documentada na Inglaterra.
Idade Média	<ul style="list-style-type: none"> ● Romanos/Cruzadas: expedições religiosas, sacrifício cristão.
Idade Moderna	<ul style="list-style-type: none"> ● Renascimento: <ul style="list-style-type: none"> - Comércio: viagens para o comércio, são abertas rotas marítimas. - Navegação: Marco Polo acelerou o comércio marítimo. Nesse período, também são “descobertas” novas terras. - Grand Tour: viagens realizadas pela burguesia para conhecimento sobre outros lugares.

¹ Entende-se como estabilizou e fortaleceu o modelo, pois o seguinte trabalho compreende o surgimento do capitalismo a partir da colonização, haja vista que “Na perspectiva da razão mercantilista, o escravo negro é simultaneamente um objecto, um corpo e uma mercadoria” (Mbembe, 2014, p. 141). Portanto, participa da lógica de acumulação de riquezas e obtenção de lucros, dado que o corpo negro pode ser vendido, comprado e utilizado. Nesse sentido, “o Negro é, então, o corpo-objecto e a mercadoria que passa de uma a outra forma e, quando chega à fase terminal, atingida a exaustão, sofre uma desvalorização universal” (Mbembe, 2014, p. 142).

Revolução Industrial	<ul style="list-style-type: none"> ● Grandes doenças nos aglomerados urbanos seguidas por péssimas condições de trabalho e moradia. ● São observadas as questões de saúde dos trabalhadores. ● Divisão social do trabalho, dividiu o tempo de trabalho e o local de trabalho. ● Percepção de tempo e lazer. ● Thomas Cook organizou na Inglaterra uma viagem coletiva (excursão) para cuidados com a saúde.
Contemporaneidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Turismo: <ul style="list-style-type: none"> - Entendimento da Era da Tecnologia da Informação e do Conhecimento até o momento atual. - Fuga do local de trabalho e do cotidiano.

Quadro 1. Fonte: material produzido em sala de aula pela professora Marutschka Moesch.

Jost Krippendorf (2001) menciona sobre a submissão à economia, a qual a sociedade moderna passa, visto que todos os âmbitos da vida de uma pessoa, de certo modo, têm a economia como foco central. Porém, mesmo com essa menção, o autor sugere a construção de novas formas de vida, com harmonia entre os diferentes aspectos que a compõem. Assim, com as descobertas em várias áreas do conhecimento e novas experiências, a economia não se tornará elemento central da vida de um indivíduo e haverá desenvolvimento social.

Nesse sentido, no âmbito do turismo, Krippendorf (2001) acredita que o “turismo duro”, ligado à ordem econômica e técnica, foi prevalecte na atividade contemporânea de 2001. Esse turismo tem relação com o modelo capitalista de vida e o cotidiano intenso de trabalho dos indivíduos, o que tornou as viagens práticas importantes de descanso. Além do mais, nessas viagens, as pessoas tinham férias nos mesmos períodos, iam para os mesmos lugares e não vivenciavam o local com os autóctones. Isso deu uma característica massificada e colonialista para o turismo, já que o turismo praticado de forma desequilibrada, como citado, se torna colonizador, porque domina os territórios dos “autóctones”, os desapropria e ainda modifica sua cultura. No entanto, observa-se na atualidade o turismo ainda relacionado à mesma lógica economicista e técnica, os destinos lotados e, além disso, nota-se constantes conflitos sociais entre os locais, os empresários e os turistas, visto que as relações humanas foram deixadas em segundo plano.

O autor destaca a importância de tornar a prática turística em um “turismo suave”, o qual a primazia deve incidir sobre o ser humano.

Isto significa: a política do turismo não estará mais centrada exclusivamente nas finalidades econômicas e técnicas, mas também respeitará o meio ambiente e levará em conta as necessidades de todas as pessoas envolvidas. Um turismo que satisfaça essas condições, no meu entender, é um “turismo suave” ou um “turismo adaptado” [...]. (Krippendorf, 2001, p. 136)

Ademais, observa que não é sobre realizar viagens diferentes, mas sim sermos pessoas diferentes, haja vista que seria um outro tipo de sociedade a realizar esse turismo. Em suas palavras, “Uma sociedade doente não pode produzir um turista sadio” (Krippendorf, 2001, p. 134), essa fala revela a opinião do autor em relação à sociedade altamente influenciada pela economia na prática do turismo, a qual não demonstra se importar com a população “autóctone” e apenas consome sua cultura, ao mesmo tempo em que os atores políticos conectam o turismo apenas com desenvolvimento econômico e o empresariado lucra com seus negócios sobre os moradores locais.

Krippendorf (2001) propõe, então, a humanização do turismo, o qual é realizado por relações humanas e estas são maiores do que os âmbitos econômicos e técnicos na vida dos indivíduos, pois o turismo é a prática dos encontros entre visitantes e visitados. Portanto,

A chave da humanização da viagem é o novo ser humano, um ser soberano.[...] Um ser humano que se encontrou e que tomou consciência de sua mobilidade e das razões que o levam a viajar. Que aprendeu a se olhar de frente e a relativizar sua própria existência, encontrando outras culturas. Que cumpriu uma espécie de viagem interior, graças a qual ele adquiriu sabedoria, partindo da modéstia. Esse ser humano precisa ser ajudado para ver a luz. Somente quando ele estiver pronto é que a viagem exterior poderá realmente tornar-se mais humana. (Krippendorf, 2001, p. 184)

Para um novo turismo, deve existir um novo turista, o qual tenha se educado sobre o que é praticar turismo saudável, porquanto o turista deve aprender a viajar, a respeitar a comunidade local, a conhecer outros lugares e a estar distante da sua residência/cultura sem reproduzir comportamentos predatórios do cotidiano.

Moesch (2002, p. 30), em seguida, aborda sobre o aumento do fenômeno turístico nos últimos anos e a movimentação de várias pessoas a pensar sobre essa prática social e a elaborar sobre ela diversos conhecimentos. Para ela, “O turismo é um fenômeno dinâmico, real, postulado no cotidiano de milhões de sujeitos consumidores e produtores [...] pois esse fenômeno surge em uma história da sociedade humana, como prática social”.

Isso significa que o fenômeno turístico deve ser observado pelas ciências como algo interdisciplinar, uma vez que para a sua prática diferentes fatores estão interligados, como a

economia, o tempo, o espaço, a comunicação, o imaginário e outros. Além do que, turismo é um fenômeno social complexo e uma prática que interliga diferentes áreas do conhecimento na constituição do seu saber científico (Moesch, 2002).

Segundo a autora, a prática turística foi vista de forma capitalizada, dada sua ligação apenas ao desenvolvimento econômico. No entanto, o núcleo do fenômeno sempre foi a interação entre as pessoas a partir da utilização de equipamentos e serviços e a prática do não-trabalho.

Para Gastal e Moesch (2007), o turismo envolve o deslocamento de sujeitos para algo fora do seu cotidiano, com o inesperado, o re-olhar, o resignificar e o processo de estranhamento do turista com o novo. De acordo com as autoras (2007, p. 12),

“o estranhamento, nestes termos, não dependeria do tamanho da distância percorrida, mas da mobilização afetiva desencadeada. E isso pode se dar dentro do bairro ou da cidade em que reside, quando o cidadão sai de suas rotinas temporais e espaciais ao visitar, por exemplo, um bairro diferente do seu.”

Portanto, nesse entendimento, retira-se da prática turística a associação com viagens longas e o encontro com outras sociedades. Dessa forma, o turismo é a visitação em um outro espaço e a dedicação de um tempo distinto para isso, é o encontro entre diferentes sujeitos e suas subjetividades e é “um fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para os sujeitos que o praticam” (Gastal e Moesch, 2007, p. 12).

Nessa mesma perspectiva, Dias (2008) entende o turismo como um fenômeno social o qual tem por base a relação entre os indivíduos, turistas e locais, visto que um tem o outro para a referência de seus atos. Segundo ele, nota-se a necessidade de tratar o turismo como fenômeno social, devido aos conflitos entre as interações humanas causados pelas práticas do turismo associado somente ao desenvolvimento econômico.

Percebe-se, então, que o turismo era entendido como uma relação de oferta e demanda participante de um mercado econômico, mas se compreende agora como uma prática que interliga diversos fatores os quais influenciam e sofrem influência um dos outros, como o social, o cultural, o biológico e o econômico (Beni e Moesch, 2015).

Dentro da compreensão de Beni e Moesch (2015), o fenômeno turístico é uma prática social a qual tem no sujeito o protagonista dessa prática. Logo,

Sujeito objetivado, fundamental para a compreensão do fenômeno turístico como prática social, e subjetivado em ideologias, imaginários e necessidade de diversão e encontro, na busca do elo perdido entre prosa e poesia.[...] Os indivíduos humanos produzem a

sociedade em e por suas interações, mas a sociedade, como um todo emergente, produz a humanidade desses indivíduos ao proporcionar-lhes a linguagem e a cultura. [...] O sujeito turístico é que permite a existência deste sistema e não o inverso. (Beni e Moesch, 2015, p. 7, p. 9, p. 12)

Nesse sentido, Moesch e Beni (2017) entendem o turismo como prática social, em razão de ser construído a partir das trocas e vivências dos indivíduos e suas subjetividades, além disso, o turismo é um processo humano e ultrapassa o entendimento como função de um sistema econômico.

1.2. Práticas do Afroturismo no Brasil e no Distrito Federal

O Ministério do Turismo (MTur), no ano de 2010, criou uma cartilha de orientações básicas sobre o Turismo Cultural, com o objetivo de difundir informações sobre essa segmentação e também dar visibilidade nacional e internacional aos atrativos desse setor. Na cartilha, o MTur dividiu o Turismo Cultural em alguns segmentos, já que a motivação individual muda de acordo com as vontades e os desejos dos indivíduos e isso gera um tipo particular de demanda turística, alguns segmentos do turismo são: cívico, religioso, místico, esotérico e étnico.

Ademais, ainda não havia a nomenclatura de Afroturismo no período, mas entende-se aqui essa prática como uma atividade do Turismo Cultural. Com isso, duas categorias estão presentes na sua classificação enquanto essa segmentação. Primeiro, o turismo étnico, o qual envolve as vivências e experiências de uma comunidade e, no caso do Afroturismo, o povo negro (hoje designado como pretos e pardos para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE²).

Conforme o MTur (Brasil, 2010), as comunidades são as protagonistas e, muitas vezes, as suas expressões culturais e o seu estilo de vida são buscados pelos visitantes a fim de ter um retorno às tradições de seus ancestrais. Segundo, o turismo religioso, o qual relaciona-se à busca espiritual e à prática religiosa. Além disso, de acordo com o MTur (Brasil, 2010, p. 19), “As viagens motivadas pelo interesse cultural ou pela apreciação estética do fenômeno ou do espaço religioso serão, para efeitos deste documento, consideradas simplesmente como Turismo Cultural”.

A Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) não dá um

² O IBGE classifica como negra a pessoa que se autodeclara preta ou parda, de acordo com sua identificação étnico-racial.

conceito para Afroturismo, mas o entende como um segmento do turismo cultural. Além disso, a atual gestão da Agência coloca a prática como um eixo central de trabalho para divulgar o Brasil no exterior, pois a ideia é transformar em destino turístico o modo de vida dos ancestrais e dos seus remanescentes. Segundo Tania Neres, coordenadora de Afroturismo, Diversidade e Povos Indígenas da Embratur,

É preciso entender que o Brasil é o primeiro país fora da África com o maior número de negros. O afroturismo não tem a ver somente com destinos e experiências turísticas, mas também com a formação de um turismo antirracista no Brasil, e que, por sua vez, há um público gigantesco de turistas interessados na cultura afro-brasileira. Por isso, a Embratur passou a olhar para o afroturismo, e mais do que isso, passou a apostar nele como um grande mercado de luta contra o racismo e de atração de turistas estrangeiros para o Brasil. (Brasil, Galeria Visit Brasil: Bailarina Ingrid Silva fala da cultura brasileira e do afroturismo em mostra imersiva em Nova York, 2023)

O Afroturismo aparece na atualidade como uma nova alternativa para aumentar o fluxo de turistas no mercado brasileiro e reduzir desigualdades geradas pelo setor, na medida em que o ponto de vista da Embratur é valorizar as manifestações afro brasileiras a fim de combater o racismo, gerar emprego, fortalecer o empreendedorismo da população negra e distribuir a renda concentrada. Conforme Marcelo Freixo (Brasil, Embratur se junta ao Diáspora Black para promover internacionalmente o afroturismo no Brasil, 2023), presidente da Agência, “Promover o afroturismo vai nos ajudar a construir o Brasil que queremos, estimulando o resgate de nossa história, mas também fortalecendo o afroempreendedorismo, gerando emprego e renda”.

A partir da Embratur, percebe-se a prática do Afroturismo no Brasil como um local de resgate histórico e de protagonismo para as pessoas negras, as quais não foram apagadas da história do país por força e resiliência da manutenção de sua cultura ancestral pelos seus povos. O Afroturismo ganha, então, prioridade, protagonismo e esperança de combate ao racismo pelos seus agentes criadores na instituição pública brasileira, pois essa prática pode dar autonomia às pessoas negras e gerar renda a estas, as quais não teriam tantas oportunidades no mercado turístico convencional.

Ademais, o protagonismo das pessoas negras na realização do Afroturismo estabelece relação com o conceito de sujeito-patrimônio de Costa (2016), retratado no que ele entende por “utopismo patrimonial existencialista”, uma vez que

o utopismo patrimonial existencialista [pautado no existencialismo sartreano] quer reforçar o lugar e a responsabilidade dos sujeitos periféricos e políticos na preservação patrimonial e da própria vida [bem cultural supremo], diante dos riscos constantemente

recriados pela modernidade - surge aí o sujeito-patrimônio com sua maneira de ser-estar-no mundo. (Costa, 2016, p. 22)

Segundo Pérez (2009), não existe turismo sem cultura e a própria prática turística é uma expressão cultural, pois o fenômeno é capaz de colocar diferentes grupos, indivíduos e povos em contato e, a partir disso, há troca de saberes, aprendizados e intercâmbio cultural. Além do mais, ele coloca a motivação da pessoa em realizar o turismo como fator importante de determinação da prática ser considerada ou não turismo cultural, para ele os motivos são unicamente culturais e educativos.

O turismo cultural deixou de ser praticado apenas pelas elites, como foi o período do *Grand Tour* e passou a ser praticado por diversas classes sociais que gostam de experimentar e vivenciar outros lugares. De acordo com Pérez (2009, p. 110),

A experiência turística integra vivências sensuais (sons, odores, cores, ambiente), sociais (relações com os outros, hospitalidade, bem-estar, segurança, diversão), culturais (eventos, festivais, actividades, alojamento, restauração, enriquecimento) e económicas (relação qualidade do serviço-preço, relação custo benefício da vivência, acessibilidades e transportes).

Ademais, o Turismo Cultural não deixa de ser uma segmentação do turismo cujo sistema capitalista engloba e, por isso, a cultura tornou-se um produto a ser consumido pelos turistas. Além disso, esse consumo se torna um local de diferenciação social e distinção simbólica entre os grupos (Pérez, 2009), pois cada grupo de turistas irá visitar e se relacionar com localidades diferentes, por exemplo, a diferença entre turistas que visitam cidades no interior do Brasil e os que somente visitam cidades na Europa.

Segundo o autor, o turismo instrumentaliza a cultura, gerando apenas um produto mercantil e isso pode gerar impactos positivos ou negativos, haja vista que

Entre os primeiros, destacam-se o desenvolvimento e a revitalização de identidades culturais, a redescoberta das tradições, a autoconsciência local face aos visitantes, a revitalização do sentido identitário [...] Entre os segundos, o excesso de mercantilização pode converter a cultura numa mercadoria-ritual espectacular, banal, massiva, passiva, ficcional e superficial. (Pérez, 2009, p. 111)

Nesse contexto, deve-se ter ciência dos agentes que impulsionam e se beneficiam da prática do Afroturismo, a fim de se evitar o constante consumo turístico, a apropriação e a exploração da cultura negra por parte das pessoas que não se preocupam com esse grupo social. Logo, o “sujeito-patrimônio” (Costa, 2016, 2017) é o principal tomador de decisões nesse processo de prática turística.

Além disso, é importante destacar que a prática do Afroturismo busca fomentar o negócio de empreendedores negros com o objetivo de fazer circular o dinheiro entre esse grupo e redistribuir o capital, pois este fica concentrado com poucos no sistema capitalista, dado que a mercantilização da cultura pode causar a distribuição desigual dos benefícios do turismo (Pérez, 2009).

No Distrito Federal (DF), alguns projetos estão em desenvolvimento para contar a história negra existente na capital do país, como os projetos: Caminhada Brasília Negra, criado pela turismóloga Bianca D’Aya da agência Me Leva Cerrado em parceria com a plataforma de afroturismo Guia Negro (Figuras 1 e 2). O projeto tem como objetivo andar por Brasília e apresentar aos turistas os personagens, os lugares e as histórias com protagonismo negro (Diáspora Black, 2023). O outro projeto é o “Sebas Turística” (Figura 3), agora é uma agência, criada pela turismóloga Aline Karina, com a finalidade de promover o turismo cidadão na região administrativa de São Sebastião/DF (Sebas Turística, 2023).

Figura 1 - Reportagem de jornal sobre Afroturismo

4 • Trabalho & Formação • Brasília, domingo, 18 de junho de 2023 • **Correio Braziliense**

TRADIÇÕES

Alvo de debates no parlamento e de projetos específicos na esfera governamental, vertente do turismo tradicional é alternativa viável para geração de emprego e renda ganha cada vez mais adeptos

O protagonismo do AFROTURISMO

de JÁDER REZENDE

Apentado como alternativa para a geração de emprego e renda, o incremento do afroturismo no Brasil é visto pelo Ministério do Turismo como importante modalidade para o mercado interno e o turismo de base comunitária. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, as atividades do setor de turismo foram responsáveis pelo crescimento de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022, fator que vem motivando a abertura de cada vez mais empresas focadas em oferta de produtos e serviços com foco na valorização do protagonismo negro-africano no país. Mapeamento do Diáspora.Black — startup que agrega serviços e produtos focados na cultura negra — mostra que a maior parte das empresas em operação no segmento é liderada por mulheres com idade entre 35 e 44 anos e formação superior.

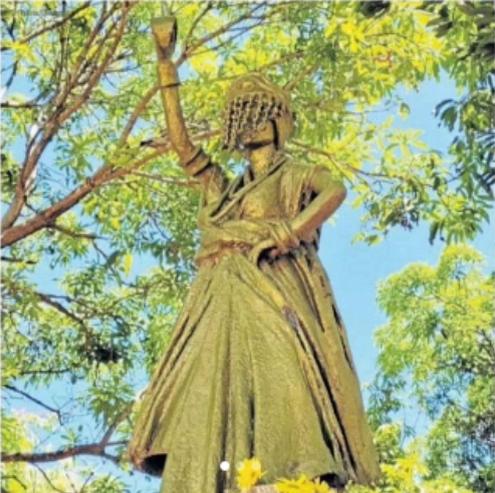
As discussões sobre o tema vem ganhando cada vez mais espaço em eventos do segmento e também na esfera pública. Pro-

afroturismo corresponde, hoje, a 7,8% do PIB e tem amplo potencial de crescimento. Destaca, ainda, que o desenvolvimento dessa atividade também é estratégico no combate ao racismo estrutural no país. “Mais do que não tolerar o racismo, a gente tem que fazer da igualdade racial um produto, uma identidade e uma visão que nos traga emprego, crescimento e desenvolvimento”, defendeu o ex-parlamentar.

Potencial

Organizador do debate, o deputado Bacelar (PV-BA) é mais um a apostar em boas perspectivas para o afroturismo a partir da mudança de perfil do turista tradicional. “As pessoas querem ter contato com a cultura local. Você chegar, por exemplo, à cidade de Salvador, ir a um templo religioso — como o Ilê Axé Opô Afonjá — que é uma pequena aldeia africana com museu, culinária, artesanato, vestuário, oficina, música, dança, religião, é maravilhoso. Não tem porque, no mundo, que consiga superar isso”, destacou.

A coordenadora de diver-



Fonte: <https://www.instagram.com/melevacerrado/>

Figura 2 - Propaganda em rede social sobre “Tour”



Fonte: <https://www.instagram.com/melevacerrado/>

Figura 3 - Propaganda em rede social sobre roteiro turístico



Fonte: <https://www.instagram.com/sebasturistica/>

A prática do turismo afrocentrado, a qual transfere a atenção do turismo tradicional eurocêntrico e branco para o afro-referenciado, está em visibilidade e ascensão na história atual do turismo. Observa-se, à vista disso, a importância de focar no resgate da história

negra, mesmo quando for em destinos tradicionais do mercado turístico (Oliveira, 2020). Com isso, a prática do Afroturismo pode combater o apagamento histórico causado pelo racismo estrutural e a aglomeração desigual de capital no setor turístico, uma vez que busca mudar a realidade social por meio do engajamento coletivo negro e da redistribuição de renda para a sua população.

1.3. “Utopismos patrimoniais pela América Latina” e a “ativação do patrimônio-territorial”

Utopismos patrimoniais pela América Latina é um conceito desenvolvido por Costa (2016, 2017, 2018, 2021), a fim de discutir a autonomia dos sujeitos em oposição à colonialidade do poder e do saber e a ativação dos seus patrimônios-territoriais na América Latina como “uma estratégia contra a invisibilidade de grupos subalternizados no desenrolar da modernidade/colonialidade que, contraditoriamente, faz emergir o indivíduo” (Costa, 2017, p. 56). Segundo ele, “Utopismos patrimoniais pela América Latina incorporam a utopia como consciência e estado perpétuo de concepção intelectual do mundo” (Costa, 2016, p. 29).

Primeiramente, Costa (2016, p. 2) elucida a utopia como uma nova saída crítica diante do capitalismo, a qual faz-se como fundamento para a transformação de situações espaciais, pois leva elementos geradores de esperança para a população empobrecida. Nesse contexto, entende-se a utopia como um projeto para o futuro frente à realidade existente de uma base tópica. O autor propõe “utopismos patrimoniais” onde a “topicidade” é a América Latina e a utopia patrimonial não se confunde com patrimônio cultural.

A urbanização acelerada com discurso de modernização é uma ferramenta colonial de poder sobre os países da América Latina, isso modifica ou destrói lugares, tanto naturais quanto artificiais, criados a partir da construção histórica e cultural de um povo. Essa movimentação gera a necessidade de discutir e lutar pela preservação patrimonial diante da urbanização moderna/colonial. Por isso, o primeiro utopismo, patrimônio-territorial latino-americano, tratado por Costa (2016, p. 2), é importante para o presente trabalho, uma vez que se entende como a “história registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder: arte, religião, saberes, fazeres, modos de vida, assentamentos de grupos subalternos urbanos e rurais”.

Dessa forma, o conceito do utopismo patrimônio-territorial “propõe um pensar de propostas e projetos para o futuro, que objetivem o minimizar dos danos (ambientais,

econômicos e políticos) produzidos à humanidade” (Alves, 2019, p. 154), oferece base para a construção dos outros dois utopismos, patrimonial singularista e patrimonial existencialista, e faz-se necessário para os estudos que venham a tratar de território, patrimônio, história e cultura negra, haja vista que

[...] enfatiza bens a serem preservados e difundidos, assegurados por prestígio adquirido na história das barbáries da própria modernidade. Denuncia, se apropria e perverte simulações impostas à história cultural latina. Considera que a sociedade estabeleceu-se e permanece dividida em classes, etnias e regiões, assumindo que esse e outros disparates estão na essência da grandiosidade de obras, fatos e sujeitos históricos. Esse utopismo dá voz aos indígenas, às mulheres, aos pobres urbanos; legitima a diversidade das memórias nacionais [...]. (Costa, 2016, p. 3)

Nessa perspectiva, o patrimônio-territorial dá protagonismo para os sujeitos apagados da história pelo preconceito e racismo e se “concretiza nas memórias” destes. Além disso, Utopismos patrimoniais pela América Latina buscam confrontar e romper com as imposições da colonialidade do poder e do saber no continente e encontrar alternativas econômicas populares (Costa, 2016), pois o colonialismo é uma estrutura de exploração que ainda atua na América Latina e uma forma de distanciar os sujeitos de suas verdadeiras identidades a partir dos seus instrumentos de dominação. Logo,

O utopismo primordial do patrimônio-territorial está no rompimento com a originária colonialidade eurocêntrica, regional e provinciana de modernidade, cuja atribuição de explicação está em fenômenos restritamente intra-europeus, ou seja, a modernidade não assumiu significado mundial a priori. O patrimônio-territorial quer resgatar, localizar, dar sentido moderno à América Latina e sentido mundial à modernidade [...]. (Costa, 2016, p. 6)

O patrimônio-territorial “resgata, situa e ressignifica” a cultura ancestral que ainda resiste no continente, mas é preciso constantemente obstar a colonialidade do poder e do saber, haja vista que esta habita nas ideias e práticas dos tomadores de decisões e das sociedades na América Latina.

Para Costa (2016, p. 9), “o utopismo patrimônio-territorial vigorará a partir da sistematização de um conhecimento popular situado, por meio de uma agenda de iniciativas sociais, organizativas, administrativas e universitárias, todas locais”, porquanto a organização deve acontecer de forma orgânica dentro da comunidade a partir do reconhecimento das forças internas de um povo e o seu potencial de transformação.

Com o objetivo de fortalecer a autonomia aos grupos vulnerabilizados e submetidos ao processo de desigualdade, os quais não habitam os centros das cidades, o autor apresenta a

proposta de “ativação popular do patrimônio-territorial”, cuja ação principal é o reconhecimento das “carências” e das “abundâncias” de cada “território de exceção”. As carências são entendidas como as ausências “do Estado, do mercado, das instituições, das organizações, etc”. Já as abundâncias são representadas pelas presenças “do sujeito localizado com seus bens culturais, que vão do artesanato às festas populares, da culinária ao patrimônio edificado -ou ruínas- periférico, de capelas rurais às formas de produção no campo etc” (Costa, 2017, p. 66). Por isso, esses territórios são entendidos pelo autor como de exceção, pois há vida, história e luta por permanência e sobrevivência que não devem ser apagados, ao mesmo tempo em que há insuficiências político-sociais por parte da estrutura governamental, como citado acima.

Costa (2017) vê no fenômeno turístico uma forma de promover os territórios de exceção, uma vez que dá visibilidade aos locais, os inclui “na lógica de valorização de novos lugares da cultura” e é gerador de rendas. Além disso,

A tese defendida é a da necessidade de renúncia dos centros antigos ou tradicionais como as únicas referências memoriais da cidade. As periferias são representação de espaços políticos e econômicos, cujos estratégicos fluxos centros-periferias-centros fazem do periurbano lugar de centralidades artístico-culturais a serem cartografadas, usadas e apropriadas. (Costa, 2016, p. 14)

Costa (2017, p. 68) faz referência a uma nova experiência de turismo, ideia que conflui com a proposta de prática do afroturismo na medida em que “demanda outro pensamento e prática do turismo, que resista aos feitiços do capitalismo e à magia dos meios de comunicação (que divulgam um ideal de lugares e de lazer marginalizantes do patrimônio-territorial)”. Não obstante, nessa tentativa, o turismo deve ser construído de dentro da comunidade e não desde o meio externo, pois a comunidade é “gestora-empresária e a beneficiária real do turismo”, ou seja, “o foco passa a ser nos desejos e nas necessidades dos sujeitos situados em territórios de exceção - detentores do patrimônio-territorial”.

Então, Costa (2016, 2017) elabora como alternativa “roteiros patrimoniais utópicos”, os quais são projetos locais e realizados pelos sujeitos-patrimônio. Segundo ele (2016, p. 22),

A ideia de sujeito-patrimônio remete a todos os viventes no sítio. São os responsáveis diretos pela manutenção do lugar e da vida. O sujeito-patrimônio representa a possibilidade mais real da preservação, da luta ou da resistência no sítio de pertencimento. Em situação no mundo, o sujeito-patrimônio adquire consciência sobre problemas e alternativas à

mudança radical dos seus desígnios espaciais. É capaz de reivindicar e operar, pela mobilização popular, a igualdade territorial junto aos órgãos competentes e à sociedade como um todo. O sujeito-patrimônio é o principal bem cultural do lugar, em situação permanente. E mais, o sujeito-patrimônio é todo aquele que se move pelo bem comum da preservação incontestada, antes de tudo, da vida de relações.

CAPÍTULO 2: AS ROÇAS DE CANDOMBLÉ DO DISTRITO FEDERAL COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E DESTINO DO AFROTURISMO

2.1. Metodologias do trabalho de campo

Para o melhor entendimento do assunto, houve um trabalho de campo na roça de Candomblé Ilè Asé Logum Cetomi no Distrito Federal, onde realizou-se a observação participante, com três visitas em diferentes ações do terreiro: um debate com o deputado distrital de Brasília Fábio Felix sobre a regularização dos terreiros, uma festa de pequeno porte para agradecer as colheitas aos caçadores e uma grande festa em comemoração aos cinquenta anos de iniciação da Ìyá Elvira T'Oxum, atual zeladora da roça. Entende-se, portanto, a observação participante como

Uma metodologia muito adequada para o investigador apreender, compreender e intervir nos diversos contextos em que se move. A observação toma parte no meio aonde as pessoas se envolvem. Por um lado, esta metodologia proporciona uma aproximação ao cotidiano dos indivíduos e das suas representações sociais, da sua dimensão histórica, sócio cultural, dos seus processos. Por outro lado, permite-lhe intervir nesse mesmo cotidiano, e nele trabalhar ao nível das representações sociais, e propiciar a emergência de novas necessidades para os indivíduos que ali desenvolvem as suas atividades. (Mónico, Alferes, Parreira, Castro, 2017, p. 727)

Ademais, realizou-se uma entrevista com a sacerdotisa Ìyá Elvira T'Oxum, a qual foi extensa e rica em informações e detalhes sobre a história do terreiro, o atual cenário do Candomblé no Distrito Federal e no Brasil, as memórias de criança e adolescente da Yalorixá e os possíveis rumos da tradição ancestral no local. Logo,

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e

significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (Duarte, 2004, p. 215)

Com isso, o contato com o Ilè, para fins de pesquisa, durou aproximadamente seis meses. Foi o tempo suficiente para a construção deste trabalho e para o entendimento dos conceitos apresentados aplicados ao terreiro de Candomblé.

2.2. Breve histórico do Candomblé no Brasil e no Distrito Federal

No período colonial brasileiro, diferentes nações africanas foram trazidas e isso gerou uma pluralidade de povos e nações no país. No continente africano,

A identidade de grupo decorria dos vínculos de parentesco das corporações familiares que reconheciam uma ancestralidade comum. Nesse nível, a atividade religiosa relacionada com o culto de determinados ancestrais ou de outras entidades espirituais era o veículo por excelência da identidade étnica ou comunitária. (Parés, 2007, p.23)

No entanto, o escravizado africano, ao ser retirado do seu território, perdia a sua identidade de grupo, uma vez que ocorria o seu batizado na religião católica, recebia um nome português, foi misturado com pessoas de diferentes localidades do Continente Africano e era obrigado a falar a língua portuguesa. Segundo Parés (2007, p.76), o indivíduo passava por um processo de dessocialização, pois ainda era identificado pelo nome do proprietário e o nome da nação de acordo com os traficantes, os quais identificavam as pessoas pelos nomes dos pontos de embarque ou da transação comercial e não pelos locais de onde vinham.

No convívio da senzala e dos grupos de trabalho da cidade, a partir do reconhecimento de semelhanças linguísticas e comportamentais e da identificação de lugares de procedência comuns ou próximos, novos grupos mais amplos foram ganhando uma autoconsciência coletiva. [...] A esse nível, é claro que o componente linguístico, a possibilidade de se entender, mesmo falando dialetos diferenciados, gerava um vínculo imediato entre certos grupos que os separava daqueles outros com quem essa comunicação era inviável. (Parés, 2007, p.76-77)

Nesse contexto, os africanos e seus descendentes foram desenvolvendo outras formas de identidade coletiva e criando uma identidade étnica multidimensional (Parés, 2007, p. 78).

Novas percepções de parentesco foram formadas, diferentes das biológicas, e os indivíduos os quais cruzaram o oceano Atlântico no mesmo barco passaram a se considerar irmãos, uma vez que compartilharam essa experiência (Parés, 2007, p. 78). Com isso, formaram-se nações pelas semelhanças e pelo novo entendimento de identidade e parentesco.

Por volta do Século XVIII, os homens negros criaram irmandades para a sua socialização e organização. Nesses locais, ocorriam trocas entre os indivíduos, como a “perpetuação de valores, disposições emocionais, orientações existenciais, concepções sobre a pessoa, formas de expressão, gestualidade, próprias da cultura africana, aspectos esses que se imbricavam indissociavelmente à sua religiosidade” (Parés, 2007, p. 111). Nesse período, era praticado o calundu em alguns locais, uma manifestação religiosa com uma mistura de diversas regiões e elementos de origem africana, que se opunha às práticas católicas.

No Século XIX, a Bahia foi o local de surgimento do Candomblé, uma prática de resistência, comunhão, cura e “criação de um sentido de identidade negra alternativa sob a escravidão” (Parés, 2007, p. 126). Ademais, é o resultado ou o efeito do encontro intra-africano e a reatualização das práticas religiosas africanas (Parés, 2007, p. 127), por isso o Candomblé também é dividido em nações, como citado acima, e as mais conhecidas são Kongo-Angola, Jeje e Ketu-Nagô. Sua formação foi realizada principalmente pelos escravizados libertos e os indivíduos livres, haja vista que tinham mais recursos e mobilidade (Parés, 2007, p. 133).

Conforme Parés (2007, p. 138), na segunda metade do Século XIX, o Candomblé é um dos meios mais importantes de agregação social, identidade e resistência cultural da população negra. Entende-se, portanto, o Candomblé enquanto um “modo de vida” (Nascimento, 2016) e não somente uma religião, dado que sua criação priorizou a sobrevivência cultural (Parés, 2007) dos africanos vindos na diáspora e, ao mesmo tempo, sua formação significou o nascimento de uma outra cultura no Brasil.

O Candomblé possui um conjunto de saberes ancestrais, pois cada povo contribuiu com algum tipo de conhecimento para sua formação. Ao longo do ano, de acordo com a nação, são realizadas festas a fim de cultuar *Nkisi* (Kongo-Angola), *Vodum* (Jeje) ou *Orixá* (Ketu-Nagô). Cada grupo possui ritualística própria, fundamento específico e respectiva linguagem.

Figura 4 - Ritual de Candomblé no Terreiro de Joãozinho da Gomea



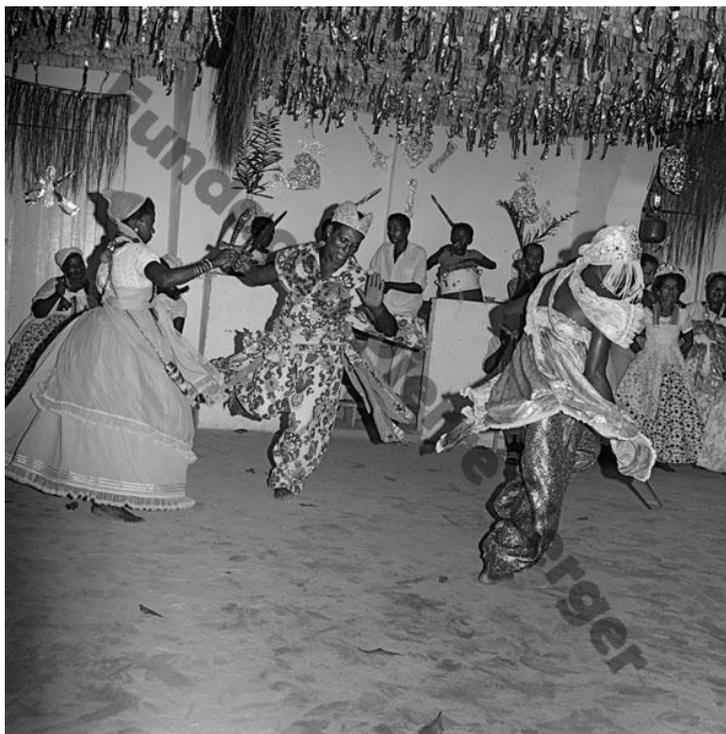
Fonte: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/478-candomble-joaozinho-da-gomea.html>

Figura 5 - Ritual de Candomblé no Ilê Axé Opô Afonjá



Fonte: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/481-candomble-opo-afonja.html>

Figura 6 - Ritual de Candomblé no Ilê Axé Opô Aganju



Fonte: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/482-candomble-opo-aganju.html>

Figura 7 - Sofia Mavambo



Fonte: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/491-sophia-de-exu.html>

No Distrito Federal, há relatos de que, a partir de 1958, o governo começou a negociar terrenos da área urbana e, nesse momento, alguns líderes religiosos conseguiram obter seus lotes. Esse período foi importante para a chegada de novas lideranças e para a instalação de diversos lugares, como casas espíritas, terreiros de umbanda e roças de candomblé. No entanto, em 1966, houve a primeira decisão pública das entidades brasileiras sobre impor restrições às religiões de matriz africana e afro-brasileiras.

O reconhecimento da existência das religiões de matriz africana no DF ocorreu de forma simultânea à construção da cidade, visto que os recém chegados traziam suas crenças e práticas. No Distrito Federal,

A instalação de associações religiosas e caritativas, conforme a legislação em vigor requeria o registro civil da entidade em cartório. Esta etapa era o primeiro passo após a confecção dos estatutos da associação, os quais envolviam a disposição de certo número de pessoas para preencher as funções requeridas no organograma de funcionamento. O cumprimento destas diferentes exigências administrativas pressupunha conhecimento, tempo e dinheiro dos envolvidos, se devia contar com o apoio de um contador, advogado ou alguém letrado nas leis e na burocracia. (Geobaobas, p. 33)

Desta forma, muitos líderes religiosos relataram as dificuldades de registrar as suas instituições, pois os cartórios quase sempre pediam cada vez mais diferentes documentações para impedir a instalação dos locais. Além disso, “havia ainda a necessidade de obter alvará e licença emitidos pela polícia, pela saúde pública, serviço social etc“. Esse tipo de exigência obstou e inviabilizou a legalização da maioria dos espaços dedicados às religiões de matriz africana no Distrito Federal. Deste modo,

A atuação das instituições estatais no controle das entidades religiosas também podia ser ocasionada por meio de denúncias levadas ao conhecimento da polícia, do serviço de saúde, da fiscalização sanitária etc., cuja análise são indicativas de representações, valores e comportamento sociais, como demonstram os estudos realizados em outras cidades brasileiras, em que esses meios constituíam as principais vias para a criminalização de indivíduos e/ou associações religiosas relacionados à espiritualidade de matriz africana e afrobrasileira. (Geobaobas, p. 34)

Ademais, nota-se que a criação e a permanência das casas de matriz africana no DF foi realizada com tensões e conflitos constantes. Além das burocracias dos setores do estado, a população a qual se constituía na nova capital, dentro do perímetro urbano, também dificultava a existência desses espaços, pois ela denunciava às autoridades fiscalizadoras

sobre o “baixo espiritismo” (Geobaobas, p. 42). Por isso, muitos terreiros foram em busca de locais menos urbanizados na época e mais distantes do centro.

As religiões de matriz africana no Distrito Federal se constituíram a partir de muita resistência e luta, a fim de ganharem reconhecimento, permanência e autonomia sobre os seus territórios, coisas que até os dias atuais não são garantidas. À vista disso, entende-se o Candomblé, tanto no DF quanto em outras partes do Brasil, como expressão de territórios de exceção, haja vista que são territórios resistentes à colonialidade do poder, que guardam feições da luta popular contra o sistema impositor de normas que tendem a reduzir o direito ao uso do território (Costa, 2016).

2.3. O “sujeito-patrimônio” e a construção de “roteiros patrimoniais utópicos”

Segundo a cosmovisão de Ailton Krenak (2019, p.28), sobre como os povos originários lidaram com a colonização, foram várias as manobras realizadas pelos seus antepassados para seguir em frente e isso só foi possível porque estes não são indivíduos e sim “pessoas coletivas” e “células que conseguem transmitir através do tempo suas visões sobre o mundo”. De acordo com o autor, “é possível que um conjunto de culturas e de povos ainda seja capaz de habitar uma cosmovisão, habitar um lugar neste planeta que compartilhamos de uma maneira tão especial, em que tudo ganha um sentido” (Krenak, 2019, p. 25). Com isso, nota-se a importância dos sujeitos na construção de novas possibilidades e na manutenção do que já é existente para um povo.

No documentário Ôrí, Beatriz Nascimento narra que a civilização africana e americana é um grande transatlântico, pois foram transportados para a América um tipo de vida, uma cultura e uma forma de viver no mundo os quais eram africanos. Nesse contexto, conforme a autora, “A memória é conteúdo de um continente, da sua vida, da sua história e do seu passado. Como se o corpo fosse o documento”, ou seja, o corpo de um indivíduo é a sua identidade, uma vez que carrega sua história, seu território e sua cultura.

Nesse sentido, o Candomblé é uma tecnologia ancestral contra-colonial de sobrevivência (Lemos, 2022), pois o escravizado se fortaleceu no coletivo para continuar existindo, mostrou um estilo de vida possível no novo continente e enfrentou a colonização a qual insistiu na fragmentação e na compartimentação das pessoas (Lemos, 2022, p. 234). Portanto, os sujeitos foram e ainda são a fonte de todo fundamento o qual constitui esse estilo de vida, haja vista que os corpos-documentos (Ôrí, 1989) dos antepassados foram os mapas, guias e caminhos para adentrar nessa tecnologia.

Em concordância com a ideia exposta, o conceito patrimônio-territorial pode ser utilizado como uma estratégia de fortalecimento entre os sujeitos para promover a transformação dos lugares (Costa, 2021, p. 116-117), dado que “son inevitables los cambios espaciales; pero el patrimonio-territorial es testigo y esperanza popular de la duración o resistencia política, económica y cultural, frente a los poderes instituidos en el condicionamiento del territorio.”

Assim, Costa (2016, p. 22) destaca a importância dos sujeitos-patrimônios na “preservação patrimonial e da própria vida”, visto que são a história e a memória do território, como o corpo-documento (Ôrí, 1989). Dessa forma, para o autor, os sujeitos necessitam ocupar espaços e locais de poder e ativar o patrimônio-territorial a fim de estimular a luta e denunciar a colonialidade (Costa, 2021, p. 122, p. 124). Poeticamente, em consonância com o conceito do sujeito-patrimônio apresentado, Beatriz Nascimento (Ôrí, 1989) diz: A terra é o meu quilombo, meu espaço é o meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Onde eu estou, eu sou. Portanto, essa fala transmite a ideia de que quilombo não é somente um local, em um espaço geográfico, é o local em que o corpo negro se encontra, onde quer que esteja, é a história contada por esse corpo e é a sua identidade. Assim como é o “sujeito-patrimônio”, um corpo político, com identidade, com história, com luta e resiliência.

Após um aprofundamento sobre os sujeitos, é possível compreender a elaboração dos roteiros patrimoniais utópicos em roças de Candomblé, haja vista que o sujeito é o maior responsável pelo destino patrimonial da vida e o turismo pode favorecer de alguma forma os seus patrimônios-territoriais. No caso dos terreiros, o turismo nesses locais pode contribuir para a diminuição do preconceito, o combate à intolerância religiosa, o incentivo à informação e a disputa legal pelo território ocupado. Além disso,

o utopismo patrimônio-territorial demanda outro pensamento e prática do turismo, que resista aos feitiços do capitalismo e à magia dos meios de comunicação (que divulgam um ideal de lugares e de lazer marginalizantes do patrimônio-territorial); necessita-se uma epistemologia situada do turismo.[...]Essa consideração pode evitar o preconceito epistêmico quanto ao patrimônio-territorial, que se dá ou pela negação dos sujeitos que carregam a memória histórica da formação dos territórios de exceção latinos (negros e indígenas) ou pela própria recusa dessas localizações periféricas, com seu potencial de valor e atrativo. (Costa, 2017, p. 68)

A construção de roteiros patrimoniais utópicos é feita a partir da ativação popular do patrimônio-territorial, onde são reconhecidos os sujeitos, os seus bens culturais, as suas festas, a dança, a culinária, as suas edificações e tudo o que compõe o patrimônio-territorial.

Ademais, nota-se que a ativação popular pode auxiliar na anulação dos estigmas e preconceitos sociais (Costa, 2017, p. 73) a fim de cessar os danos morais à existência dos povos de Candomblé no Brasil e as suas perdas materiais. Nesse processo, é importante seguir a metodologia indicada por Costa (2017), pois há níveis, escalas e temporalidades. Os níveis envolvem as comunidades, a universidade e as instituições. A escala original deve ser sempre local. Assim, a temporalidade é respeitada de acordo com cada nível, isto é, o momento de concepção da iniciativa e de sua operação (Costa, 2017, p. 68).

CAPÍTULO 3: AFROTURISMO NA ROÇA DE CANDOMBLÉ A PARTIR DA PERSPECTIVA DO SUJEITO-PATRIMÔNIO

3.1. Anotação de campo

Morei por doze anos na Região Administrativa de Águas Claras no DF, onde realizei diferentes atividades, como estudar e trabalhar, e na maioria das vezes precisei passar pela pista a qual o terreiro está logo na frente. Muitas vezes olhava e tinha vontade de entrar para conhecer, mas me sentia envergonhada de chegar sem ser convidada. Por entender, minimamente, algumas nomenclaturas, sabia que *Ilê* significava casa em Yoruba e se relacionava com o Candomblé, na época eu era praticante de Umbanda.

Em seguida, casei, mudei de região e também de alguns hábitos de vida. Passei a frequentar roças de Candomblé e fui iniciada na Nação de Candomblé Angola. Faço parte de uma *Nzo* (casa em Kimbundu) chamada *Nzo Nganga Muxitu Junsara*, a língua falada é o Kimbundu de origem Banto, minha *dijina* (nome de nascimento) é Menayungo e o meu Nkisi é Kavungo. A partir dessa iniciação e do casamento, passei a ter contato com outras casas de Candomblé e com a luta das comunidades de terreiro, uma vez que o meu marido já é iniciado há muitos anos, conhece muitas pessoas desse contexto e me apresentou a algumas casas.

Nessa circunstância, fui ao debate com o atual deputado distrital Fábio Felix no Ilê Asé Logum Cetomi com o objetivo de discutir a regularização dos terreiros no DF. Desde 2010 eu olhava o terreiro de fora e apenas em 2023 eu iria ter a oportunidade de conhecê-lo. Estava contente por entrar no terreiro, mas apreensiva pelo assunto delicado que seria debatido ali e também porque seria a minha primeira observação participante. Conheci mãe Elvira, além de mais algumas outras pessoas da casa, e fiquei admirada com a resiliência de todos ali, visto que sofriam ameaças constantes e poderiam perder o espaço. Percebi que era

um ambiente familiar, pois lá mora a Ìyá com o seu esposo, as suas filhas e os seus netos. Tive conhecimento disso, porque todos estavam por lá participando daquele momento. Observei alguns assentamentos e firmezas de santo, casa do boiadeiro Navizala, o quarto de costura, isto é, não pude deixar de notar o cuidado e o zelo do local. Nesse momento, eu decidi focar minha monografia somente na comunidade do Cetomi e trabalhar assuntos como patrimônio, memória e visitas. Assim, procurei o professor Everaldo para orientação.

A partir disso, busquei o calendário do Cetomi nas suas redes sociais e decidi me aproximar da casa, dado que também pertencço ao povo de terreiro e me preocupo com o futuro das casas de Candomblé no DF. À vista disso, fui em uma festa no meio da semana, colheita do Oxossi, e pude me aproximar dos sujeitos-patrimônio daquele local. Passei a interagir com a filha mais velha da Ìyá e com outros membros do Ilê. Mesmo sem saber o Yoruba ou entender os ritos do Candomblé Ketu, foi gratificante participar daquele momento. Vi um Xangô dançando e tive a certeza da ancestralidade viva e presente naquele local, eu chorei de emoção e, ao mesmo tempo, meu Nkisi veio como resposta àquele vento que eu sentia dentro de mim. Logo, as ritualísticas seguiram, acabou a festa e fomos todos jantar juntos.

No feriado do trabalhador em maio, eu e o meu esposo fomos fazer uma entrevista e tomar um café da tarde com a mãe Elvira. Ele intermediou a comunicação e marcou com ela. Levamos um bolo e ela fez um café, foi receptiva e preparou um espaço para sentarmos. Iniciamos as gravações no celular e começamos a ouvi-la, preparamos um roteiro inicial, mas na hora deixamos acontecer no ritmo da Ìyá. Foram mais de três horas de entrevista, conhecemos o museu que ela está montando, conhecemos o interior da casa dela e até falamos de assuntos íntimos. Esse dia reforçou que eu havia feito a escolha certa, tanto de iniciar no Candomblé quanto de poder construir um caminho junto com a comunidade de axé.

Por fim, no último encontro de observação participante, fui na festa de cinquenta anos de iniciação da Ìyá Elvira T'Oxum, havia pessoas de diferentes Nações do Candomblé e de diferentes idades, além de visitantes não iniciados também. Todos ali para prestigiar aquele momento, haja vista que é uma idade iniciática alta. Vestiram vários Orixás, tanto dos filhos mais velhos da casa quanto dos mais velhos de outros terreiros, foi outra emoção. O carinho e o respeito à Ìyá estavam evidentes naquele momento e sua Oxum vestida sabia disso, ela cumprimentou cada pessoa presente e convidou para festar junto. Eu dancei junto à comunidade, me emocionei a cada combate de Ogum, senti o vento que Xangô trazia, pedi proteção para as folhas de Ossanha e, para Oxum, eu apenas me deixei molhar a fim de sentir

amor próprio. Depois da festa, mais uma vez, todas as pessoas ali estavam juntas para jantar. Sentei perto das casas de santo para comer, observei algumas construções que tinham, algumas pinturas e a fonte de Oxum maravilhosa. Também estava cansada, pois foram aproximadamente cinco horas de festa. Então, comi e segui para minha casa.

3.2. A comunidade da roça de Candomblé *Ilè Asé Logum Cetomi* do Distrito Federal e seu patrimônio-territorial

Primeiramente, antes de ser o *Ilè Asé Logum Cetomi*, na cidade de Salvador em 1951, Maria Alice de Nkosi, iniciada por pai Rufino na Nação de Candomblé Angola, estava fundando o seu terreiro para o Nkisi. No entanto, quando foi iniciar sua filha de sangue chamada Elvira, aos nove anos de idade, saiu no jogo de búzios³ um Orixá, o qual não gostaria de nascer na Nação de Angola e sim no Ketu. Com isso, Maria Alice foi buscar alguma *Ìyá* no Ketu para auxiliar e iniciar a filha no Candomblé. Nesse contexto, Nair de Ogum foi a mãe de santo escolhida para ajudar no caso.

No jogo de búzios dela, Babá Logum Edé respondeu e exigiu nascer na sua própria casa. A *Ìyá* de Ogum chegou a questionar isso, já que Elvira ainda era uma criança. Contudo, Maria Alice desistiu da casa de Nkosi e decidiu preparar e cuidar do santo da filha. Assim, Logum Edé nasceu em sua própria casa pelas mãos de Nair T'Ogum, a qual, por uma fatalidade, teve um incêndio em seu *Ilè* e precisou morar, por pelo menos cinco anos, com Maria Alice e sua família. Dessa forma, também ajudou a preparar as coisas para a casa de Logum. O terreiro, então, ficou aos cuidados de Maria Alice de Nkosi até a filha poder receber os fundamentos para se tornar uma sacerdotisa, o que ocorreu em 1951.

Diante disso, no início dos anos 70, incentivada por um filho de santo e pela alergia do filho de sangue à maresia, *Ìya* Elvira T'Logum decidiu ir para Brasília com toda a família, a qual era composta por 19 filhos, marido, mãe e sogra, todos iniciados no Candomblé. Ela também trouxe para a cidade muitas coisas do terreiro, como os atabaques, alguns orixás e assentamentos. Além do mais, trouxe um registro da delegacia de costumes e uma documentação extensa sobre a existência do terreiro.

³ O jogo de búzios é um oráculo de extrema importância para o Candomblé, pode ser realizado por pessoas iniciadas e que tenham esse caminho de jogo, não é qualquer pessoa iniciada que pode jogar. Os búzios acompanham objetos com significados específicos e dessa junção surgem diferentes interpretações, as quais tratam de assuntos diversos, tanto sobre as decisões internas da roça quanto para auxiliar na vida de um filho de santo (Tempo, 2014).

A família residiu primeiro na Vila Dimas, depois na Vila Matias e, por fim, se instalou no que é conhecido hoje por Areal, nas proximidades de Taguatinga e Águas Claras. Na época, o local era considerado rural, rodeado por mato, não havia acesso fácil de transporte e o território do Ìlé Asé Logum Cetomi era apenas cercado com arame farpado e a casa era de madeira, pois não era autorizada construção em alvenaria. Não obstante, após um período, Ìyá Elvira T'Logum construiu, em segredo, o terreiro em alvenaria paralelo às madeiras, não dando para ver do lado de fora de casa, e, quando passou a ser autorizado, apenas retirou as madeiras e toda a obra já estava concluída. Desse modo, o terreiro conseguiu seguir no local e realizar suas atividades (Figura 8).

Figura 8 - Logum Edé



Fonte: <https://www.instagram.com/asecetomi/>

Em 2001, seis meses após o falecimento do marido, Ìyá Elvira T'Logum, aos cinquenta e nove anos, também faleceu. Nesse momento, os filhos descobriram que a mãe já tinha deixado tudo pago, as coisas para o enterro, os três primeiros anos do axexê e até o caixão. Além disso, ela também deixou um roteiro escrito do que deveria ser feito com os fundamentos do terreiro e o que ela gostaria que acontecesse, pois seu desejo era a continuidade deste.

Mesmo sabendo que seria a herdeira, Ìyá Elvira T'Oxum não se manifestou e ficou aguardando o resultado do jogo de búzios, pois pensava que o jogo pudesse dar outra sugestão de herdeira para a casa. Até seu irmão mais velho se irritou com ela, dado que foram

três dias de jogo para descobrir algo já predestinado. Naquele momento, aos vinte e nove anos, ela relatou que não queria saber de Candomblé e sim queria a mãe de volta, estava vivenciando um luto profundo. Não fazia sentido para ela tocar um terreiro sem a presença da mãe, porque a vida inteira a mãe estava ao lado e ensinou tudo. Era prazeroso e divertido, não era pesado nem ruim.

Mais de um ano depois, Ìyá Elvira T'Oxum finalmente iniciou seu caminho como zeladora do Ilè Asé Logum Cetomi (Figura 9) com o apoio e auxílio do seu pai de santo, o qual foi firme em ajudá-la nessa transição de manter a casa e a memória de Ìyá Elvira T'Logum vivas. Atualmente, ela luta contra o preconceito e o racismo religioso do complexo de casas e condomínios de classe média formada, recentemente, ao redor do terreiro, visto que reclamam do som dos atabaques, da vestimenta do Candomblé nas proximidades do espaço do terreiro e do som e cheiro dos bichos. No entanto, quando começou a urbanização no local, o terreiro já estava lá.

Figura 9 - Fachada do Ilè (Brasília - DF)



Fonte: Acervo pessoal

A partir disso, a Yalorixá ficou assustada com essa movimentação de ódio ao povo de axé e decidiu insistir nos órgãos governamentais pelo tombamento do Ilè Asé Logum Cetomi, como também, a partir de 2008, ela começou a montar um museu dentro do terreiro com o objetivo de manter as coisas que eram da mãe, reduzir a saudade dela, não perder a memória das histórias de sua infância nem das pessoas, aproximar alguns elementos do Candomblé

com os visitantes e, agora, ela também começa a colocar fotos da iniciação dos novos filhos da casa, principalmente as crianças, a fim de construir novas memórias igualmente. Para mais, o terreiro tem grupo de Afoxé (Figura 10), atividade com os pequenos, colóquio sobre Direitos Humanos e Diversidade Religiosa (Figura 10), debates (Figuras 11), diversas oficinas (Figuras 12 e 13) e, para o futuro, a Iyá Elvira T'Oxum também quer que o terreiro vire um ponto de cultura e memória, com cinema, café, aula de dança e biblioteca.

Figura 10 - Painel Afoxé Ewe e Folder do Colóquio sobre Direitos Humanos e Diversidade Religiosa



Fonte: <https://www.instagram.com/asecetomi/>

Figura 11 - Folder Cinedebate e Folder evento Nós pelos Terreiros



Fonte: <https://www.instagram.com/asecetomi/>

Figura 12 - Oficina de costura e percussão



Fonte: <https://www.instagram.com/asecetomi/>

Figura 13 - Oficina de Agbê



Fonte: <https://www.instagram.com/asecetomi/>

A constituição do Ilê é realizada diariamente a partir da resistência e da luta dos “sujeitos-patrimônio” (Costa, 2016), os quais buscam permanecer em seu território e ter autonomia sobre ele, dado que a ameaça de perda é constante. Nessa circunstância, a colonialidade do poder mostra-se presente quando os agentes políticos não protegem o direito ao uso do território e viram ameaças aos sujeitos. Contudo, como forma de resistência e combate, há a ativação do território pela comunidade.

Outrossim, entende-se o terreiro como patrimônio-territorial, haja vista que “el patrimonio-territorial es la propia historia de la comunidad o de los grupos, la cual debe ser valorada por la narrativa del sujeto situado en la resistencia al proceso histórico de violencias resumidas en las diferentes especies de vulnerabilidades producidas por los intereses de grupos hegemónicos” (Costa, 2024, p. 18). Nesse sentido, na formação histórica do Ilê,

preservaram o idioma yorubá, as festas tradicionais para os orixás todos os meses com calendário fixo para esses eventos, a culinária de influência africana e afro-brasileira, por exemplo, comem e oferecem nas festas xinxim de galinha e caruru. Também, mantiveram as rezas e cantigas antigas em yorubá, as casas de santo e assentamentos ancestrais construídos por toda a extensão do terreiro, as danças dos orixás, as ritualísticas antigas passadas há, pelo menos, cem anos, etc. Além do mais, tudo no Candomblé é passado oralmente, não há algo que sintetize a grandiosidade desse estilo de vida que sobreviveu ao “processo colonizador” e, por isso, nenhum terreiro é exatamente igual ao outro. Por consequência,

revela la génesis y duración de herencias territoriales latinoamericanas [historia registrada en símbolos espaciales populares resistentes a la colonialidad del poder: arte, religión, conocimientos, prácticas, formas de vida, asentamientos de grupos urbano-rurales subalternizados, establecimientos comerciales históricos como los mercados y ferias]; es el proyecto histórico-geográfico popular revelado por el espacio y la memoria espacial, la utopía duradera de los empobrecidos ubicados, con sus saberes-haceres denunciadores de contradicciones situadas (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021). El patrimonio-territorial es la sabiduría concretada de los que no pueden abstraer las imposiciones mundanas inmediatas del propio existir, de los que experimentan la escasez resultante del proyecto histórico de control de los territorios (y cuerpos) por medio de sus usos corporativos, es instrumento de lucha sociopolítica y supervivencia económica de los “hombres lentos”, en los espacios públicos o establecimientos populares (como mercados y ferias) del continente. (Costa et al, 2023, p. 242-243)

3.3. Discussão dos relatos

O foco do terreiro, na atualidade, é a regularização do território, pois desde a sua criação houve um recuo e uma perda significativa do tamanho por conta da urbanização ao redor, algo que está registrado nos documentos da casa. Isso se torna uma ameaça à existência do Ilê no local, visto que a instabilidade e a violência institucional por parte do Estado afastam os sujeitos da autonomia e da liberdade. Diante disso, foi discutido no evento “Nós pelos Terreiros” a necessidade de criação de políticas públicas para manutenção dos terreiros e o direito ao território, uma vez que as leis do meio urbano tentam inviabilizar a existência do local. Sendo assim,

O utopismo patrimônio-territorial afronta, por meio de sujeitos, de grupos e de bens culturais situados e em situação espacial, a ideologia que legitima, na história, a colonialidade do poder e do saber. Quando essa ideologia distorce, firma e diferencia

lugares, a consciência e o conhecimento sobre tais lugares, contraditoriamente, ela estimula resistências [...] Esse utopismo reafirma, para denunciar e indicar novo caminho, uma América Latina dividida em classes, etnias e regiões, tudo reverberado na essência da grandiosidade de obras, fatos e sujeitos históricos que resistem nos lugares: indígenas, negros, mulheres, pobres urbanos que atestam a diversidade das memórias nacionais. (Costa, 2016, p. 9)

O Ilè Asé Logum Cetomi tem o seu patrimônio-territorial ativado, pois não deixa a sua história e memória serem apagadas e dá continuidade nos ensinamentos ancestrais os quais caracterizam esse estilo de vida, mesmo com tantos problemas para se manter no espaço. Há muitas casas de Candomblé esquecidas no Distrito Federal, tanto pelo conflito territorial quanto pela dificuldade dos indivíduos em manter uma casa. Esse apagamento é um incômodo para Ìyá Elvira T'Oxum e, talvez, seja também a motivação das suas ações na ativação do seu patrimônio-territorial.

Nesse contexto, o turismo tem potencial para auxiliar na construção de políticas públicas e ações afirmativas, visto que dispõe de recursos como a captação de dinheiro para a realização de projetos com o objetivo de promover comunidades, comunicar a realidade dos terreiros e dar visibilidade ao problema territorial. Além do mais,

El turismo (en el aspecto teórico y práctico) puede figurar como alternativa al desarrollo social y no sólo como una amenaza [...] Optar por la práctica turística inclusiva de los sectores populares, conectados material y afectivamente con el territorio, llevará a la minimización de daños relativos a los usos de acervos así como del estigma espacial. (Costa, 2018, p. 23)

De acordo com Costa (2016, p. 4), para “favorecer novos projetos coletivos locais”, na perspectiva do turismo, surge a proposta da criação de “roteiros patrimoniais utópicos”, os quais “reafirmam a existência periférica, ao fazerem correlação espacial de sítios distantes com monumentos e lugares de práticas culturais diversas, ou seja, a preservação a ser assumida não se resume a uma única defesa patrimonial”. Nesse âmbito, notou-se o interesse da comunidade em abrir o terreiro para receber visitas, a fim de aproximar as pessoas com a cultura do Candomblé e, assim, desmistificá-lo.

Na entrevista, ficou expresso o desejo de Ìyá Elvira T'Oxum em visitar casas antigas de axé, as quais ela recordou ter ido na infância com a mãe e tem memória afetiva. Ela tem a vontade de encontrar com antigas mães de santo do Distrito Federal, valorizar essas mulheres apagadas da memória da cidade, dar visibilidade às suas histórias e seus territórios, apoiar o

seu momento presente, ajudar no que for preciso e seguir em contato, ou seja, iniciar o movimento de ativação de outros patrimônios-territoriais. Além do mais, ela gostaria de ter um grupo acompanhando e vivenciando esse momento, assim como, possivelmente filmando e tirando fotos.

Diante disso, propõe-se, a princípio, montar uma equipe entre docentes, discentes, Iyá Elvira e sua comunidade, para iniciar o processo de mapeamento e ativação de outros terreiros interessados no projeto, com o propósito de realizar um “roteiro patrimonial utópico” capaz de resgatar memórias, contar histórias e dar a autonomia dos sujeitos-patrimônios sobre os seus territórios. No nível de iniciativa da e na universidade, “o projeto deve se consolidar como prática externa à universidade, como benefícios a comunidades” (Costa, 2017, p. 70) e a equipe

ser multidisciplinar, que dê conta de desenvolver projetos para mapear e tratar o patrimônio-territorial regional e/ou nacional. Devem-se considerar pesquisadores formados em ciências humanas (geografia, história, sociologia, antropologia, serviço social e pedagogia) e ciências sociais aplicadas (arquitetura e urbanismo, turismo), especialmente. O patrimônio-territorial deve ser identificado e interpretado no contexto do processo histórico que o engendrou, para então ser conectado aos atrativos já instituídos ou consagrados pelo Estado-mercado (patrimônios nacionais e mundiais, normalmente localizados nas áreas centrais consolidadas, os centros tradicionais). A equipe composta deve dar conta dos temas de patrimônios-territoriais localizados, daí a importância de um levantamento prévio do que se tem por resistência cultural nas periferias que integram o recorte pretendido. (Costa, 2017, p. 70)

No nível de iniciativa da e na comunidade, deseja-se realizar um trabalho com as comunidades de terreiro interessadas no projeto, com “oficinas temáticas para o entendimento e o registro da história e da geografia da origem, da formação e da consolidação do lugar” (Costa, 2017, p. 70). A partir disso,

levantar, nas oficinas temáticas participantes, homens, mulheres e descendentes diretos (vivos ou não) que participaram ou participam da formação e da consolidação do lugar, perpetuadores de práticas culturais, de saberes e de fazeres. Pode ser realizado um estudo de oralidade com os pioneiros ou seus descendentes, para se entender a história, a cultura e a memória local, com a elaboração de filmes didáticos em curta-metragem (fontes de educação patrimonial e valorização local para as crianças). A ideia de ‘sujeito-patrimônio’ remete a todos os vivos no sítio, pois são os responsáveis diretos pela manutenção do lugar e da vida. Ele representa a possibilidade mais real da preservação, da luta ou da

resistência no sítio de pertencimento [...] A ativação popular do patrimônio-territorial efetiva-se quando ocorre o reconhecimento interno dos valores do grupo. Entende-se que não é a finalidade turística o mote primeiro da ativação patrimonial anunciada, muito menos de sua preservação. A ativação só se realiza na ação concreta de sujeitos conscientes; a ativação permanecerá enquanto esse patrimônio for vivo dentro e fora desses sujeitos, daí o protagonismo da comunidade na ativação do patrimônio-territorial latino-americano. (Costa, 2017, p. 71)

Para seguir na metodologia indicada por Costa (2017, p. 72), no decorrer das atividades propostas, como terceira etapa do processo de ativação, será avaliado, junto às comunidades interessadas, a busca por apoio ou não das instituições públicas, visto que essas são responsáveis pela “mobilidade, equipagem e circulação territorial (prefeituras e suas secretarias de planejamento); preservação e divulgação cultural (museus, centros culturais, institutos de preservação patrimonial); educação coletiva e individual (universidades, escolas, cursos técnicos); assistência social etc”. Consequentemente,

A ativação do patrimônio-territorial latino-americano é a oportunidade de empoderar indígenas e afrodescendentes sempre tratados por ‘máquinas’ do capitalismo, reconhecendo que a memória tem base espacial, localização produzida e retratada pelos sujeitos, nos territórios de exceção. ‘Memória periférica’ reveladora de uma nova pedagogia e consciência do trabalho, também, no turismo. (Costa, 2017, p. 73)

Por fim, pretende-se construir um mapa estratégico com os terreiros, passando por diferentes pontos do DF e Entorno, conhecendo os patrimônios-territoriais, participando de festividades, ouvindo os sujeitos-patrimônios e criando um material informativo. Entende-se, também, como afroturismo a abertura dos terreiros para visitas e, unido à proposta de roteiro patrimonial utópico, tem a possibilidade de anular estigmas e preconceitos sociais, romper com os padrões capitalistas e exploratórios da colonialidade do poder, deixar as roças no planejamento do afroturismo, aproximar a comunidade de Candomblé do DF e Entorno e criar uma rede de cooperação entre os terreiros. Para mais, “a ativação popular do patrimônio-territorial latino-americano parece ser urgente, dentro de um quadro socioespacial em que as perdas materiais e emocionais e os danos morais à existência de indígenas e afrodescendentes não cessam” (Costa, 2017, p. 73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar práticas mais humanizadas do turismo, como o “turismo suave” de Krippendorf (2001), é um caminho com ações mais sustentáveis desse fenômeno, mesmo que o desafio deste seja a existência de um novo ser humano, algo que não é impossível. A prática turística irá ocorrer de qualquer forma, a questão primordial a ser refletida é como construir meios menos destrutivos, exploratórios ou abusivos para a sua realização? Para a definição da resposta, torna-se fundamental desconstruir as relações de poder entre capital e sujeito, visto que o modelo de turismo o qual visa desenvolvimento econômico não foi o mais benéfico para os indivíduos.

O fenômeno turístico, com o acesso de pessoas a diferentes formas de observar e vivenciar a vida, pode ser uma via de maior empatia e solidariedade entre os praticantes. No caso do Candomblé, torna-se indispensável uma educação antirracista para os visitantes, ou seja, exige-se do turista algum entendimento sobre o combate ao racismo religioso, a existência dos sujeitos-patrimônio, a valorização do espaço ancestral, a violência estrutural contra pessoas negras e periféricas, o valor do afroturismo para a manutenção do território, a importância da ocupação dos espaços negros e a relevância do Candomblé na manutenção da memória e da história dos povos negros no Brasil.

O afroturismo é uma oportunidade séria de mobilização pessoal e de captação de recursos, uma vez que tem visibilidade e oportunidades no meio turístico. Precisa-se, então, retornar às bases sociais e dar voz aos periféricos do sistema. Em relação ao Candomblé, recomenda-se atuar, também, sobre a dificuldade política dos terreiros em manter seus territórios, haja vista que desde a história de Brasília existe um conflito entre raça, classes sociais e as ações do estado.

Conforme Beatriz Nascimento (Orí, 1989), movimento negro é o negro em movimento e o afroturismo, unido à realização de um “roteiro patrimonial utópico” (Costa, 2016, 2017), pode evidenciar as movimentações negras vivas existentes no DF. Para além de grupos organizados, a movimentação negra que se deseja emergir é a dos grupos apagados ou esquecidos da história e da memória da capital, os quais têm outras formas de ser um corpo negro político no mundo.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Vitor João Ramos. **As Rodas de Samba do Distrito Federal brasileiro, patrimônio-territorial latinoamericano, expressão de resistência espacial negra.** 2019. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, 2019. p. 149-190.

BENI, Mario. MOESCH, Marutschka. **A Teoria da Complexidade e o Ecossistema do Turismo.** *Turismo: Visão e Ação*, Universidade do Vale do Itajaí - Univali, v. 19, n. 3, p.430-457, set/dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/11662>>.

BRASIL, EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **Bailarina Ingrid Silva fala da cultura brasileira e do afroturismo em mostra imersiva em Nova York.** Brasília, 2023. Disponível em: <<https://embratur.com.br/2023/10/29/galeria-visit-brasil-bailarina-da-academicos-do-salgueiro-fala-da-cultura-brasileira-e-do-afroturismo-em-mostra-imersiva-em-nova-york/>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL, EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **Embratur é parceira do novo escritório da Cufa, em Paris, e apresenta aos franceses o afroturismo brasileiro.** Brasília, 2023. Disponível em: <<https://embratur.com.br/2023/10/07/galeria-visit-brasil-embratur-e-parceira-do-novo-escritorio-da-cufa-em-paris-e-apresenta-aos-franceses-o-afroturismo-brasileiro/>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL, EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **Embratur firma parceria inédita com TripAdvisor por hotsite de afroturismo brasileiro na plataforma.** Brasília, 2023. Disponível em: <<https://embratur.com.br/2023/11/04/galeria-visit-brasil-embratur-firma-parceria-inedita-com-tripadvisor-por-hotsite-de-afroturismo-brasileiro-na-plataforma/>>. Acesso em: 13 dez. 2023

BRASIL, EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **Embratur se junta ao Diáspora Black para promover internacionalmente o afroturismo**

no Brasil. Brasília, 2023. Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/03/27/embratur-se-junta-ao-diaspora-black-para-promover-internacionalmente-o-afroturismo-no-brasil/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL, EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **Tania Neres assume nova Coordenação de Diversidade, Afroturismo e Povos Originários da Embratur.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/05/18/tania-neres-assume-nova-coordenacao-de-diversidade-a-froturismo-e-povos-originarios-da-embratur/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL, EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **Iphan se une à Embratur para impulsionar afroturismo e turismo cultural.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/08/29/iphan-se-une-a-embratur-para-impulsionar-afroturismo-e-turismo-cultural/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL, EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **“Afroturismo é o eixo central da Embratur”, afirma presidente da Agência.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/08/31/afroturismo-e-o-eixo-central-da-embratur-afirma-presidente-da-agencia/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL, EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **New York ITS: Embratur leva sustentabilidade e afroturismo para os EUA.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/10/26/new-york-its-embratur-leva-sustentabilidade-e-afroturismo-para-os-eua/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL, EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **Festival Liberatum: painel destaca empreededorismo negro na construção do afroturismo brasileiro.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/11/06/festival-liberatum-painel-destaca-empreededorismo-negro-na-construcao-do-afroturismo-brasileiro/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL, EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **Brasil e Angola negociam parceria para rotas de afroturismo**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://embratur.com.br/2023/03/15/brasil-e-angola-negociam-parceria-para-rotas-de-afroturismo/>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL, EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **Salão do Turismo: Ações do afroturismo são apresentadas pela Embratur no Salão Nacional do Turismo**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://embratur.com.br/2023/12/17/salao-do-turismo-acoes-do-afroturismo-sao-apresentadas-pela-embratur-no-salao-nacional-do-turismo/>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. **Turismo Cultural: orientações básicas**. 3 ed. Brasília, Ministério do Turismo, 2010.

CARVALHO, Valéria Nely César de. **História das Religiões de Matriz Africana & Afrobrasileira no Distrito Federal (1956 - 2017)**. *Periódico eletrônico: Geobaobás*, v.5, n.2, p. 1:60, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/geobaobas/issue/view/2447>>.

COSTA, Everaldo. **Utopismos Patrimoniais pela América Latina, Resistências à Colonialidade do Poder**. XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro: Anais (f. 1-32). Barcelona: Universitat de Barcelona [s.n], mayo, 2016. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf>.

COSTA, Everaldo. **Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia**. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, Bogotá, v. 26, n. 2, p. 53-75, jul/dic, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf>>.

COSTA, Everaldo. **Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe**. *Investigaciones Geográficas*, UNAM, México, v. 96 (2), 2018. Disponível em: <<https://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59593>>.

COSTA, Everaldo. **Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis.** *Revista Geográfica Venezolana*, Venezuela, v. 62, n. 1, p. 108-127, enero-junio, 2021. Disponível em: <<http://erevistas.saber.ula.ve/index.php/regeoven/issue/view/1653>>.

COSTA, Everaldo. et al. **Usos Turísticos del Territorio y Patrimonio-Territorial en Mercados de Colombia y México.** *Cuadernos de Turismo*, Universidad de Murcia, n. 52, p. 239-262, julio-diciembre, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.6018/turismo>>.

COSTA, Everaldo. **Del Patrimonio Territorial Eurocentrado al Patrimonio-Territorial Decolonial. Giro epistémico desde el Sur.** *Eutopía, Revista de Desarrollo Económico Territorial*, n. 25, p. 11-32, junio, 2024. Disponível em: <<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/6175>>.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo.** 1. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008. p. 12-16, 28-31, 145-147.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, Editora UFPR, 2004. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n24/n24a12.pdf>>.

GASTAL, Suzana; *et al.* **Turismo, investigação e crítica.** São Paulo: Contexto, 2002. p.25-44.

GASTAL, Suzana. MOESCH, Marutschka. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania.** São Paulo: Aleph, 2007. Coleção ABC do Turismo.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LEMOS, Guilherme Oliveira. **No dilacerar do concreto:** as histórias dos apartheids entre as

satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 - 1971). 2022. 264 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, 2022. p. 234-242.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. 1 ed. Lisboa: Antígona, 2014. p. 52-64, 141-150, 196-207.

MELLO, Roger Goulart; FREITAS, Patrícia Gonçalves de (org). **Novos olhares sobre Turismo, Patrimônio e Cultura**. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2020. p. 305-315. Disponível em: <<https://editorapublicar.com.br/novos-olhares-sobre-turismo-patrimonio-e-cultura>>.

MOESCH, Marutschka. BENI, Mario. **Do discurso sobre a ciência do turismo para a ciência do turismo**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM TURISMO. nº 12, Anais do seminário ANPTUR, 2015, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/48.pdf>>.

MÓNICO, Lisete. ALFERES, Valentim. PARREIRA, Pedro. CASTRO, Paulo. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. Livro de Atas do 6º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, Salamanca, v. 3, p. 724-733, 2017. Disponível em: <<https://ludomedia.org/publicacoes/livro-de-atas-ciaiq2017-vol-3-ciencias-sociais/>>.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Sobre os candomblés como modo de vida: Imagens filosóficas entre Áfricas e Brasis**. *Revista Ensaios Filosóficos*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 153-170, agosto, 2016. Disponível em: <https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo13/00_Revista_Ensaios_Filosoficos_Volume_XIII.pdf>.

NETO, José Antônio Chehuen (Org). **Metodologia, modelos e estatística aplicados à pesquisa científica na área da saúde**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

OLIVEIRA, Natália Araújo. **Afroempreendedorismo no turismo, desigualdade racial e fortalecimento da identidade negra**. *Revista de Turismo Contemporâneo*, Natal, v. 9, n. 1, p. 42-63, jan/abr, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.21680/2357-8211.2021v9n1ID22322>>.

ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Roteiro: Beatriz Nascimento. Fotografia: Hermano Penna, Pedro Farkas, Jorge Bondanzky. Rio de Janeiro: Angra Filmes, 1989. 91 min. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=677188599155700>>. Acesso em: 10 abril 2024.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do Candomblé:** história e ritual da nação Jeje na Bahia. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural:** Uma visão antropológica. Colección PASOS Edita, nº 2. El Sauzal, Tenerife, España: ACA y PASOS, RTPC, 2009. p. 103-138. Disponível em: <Número 2. Turismo Cultural (pasosonline.org)>.

TEMPO, Robson de. **O jogo de búzios na tradição do Candomblé Angola.** 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

URRY, John. **O olhar do Turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.